

BEATRIZ CHITO
Licenciada em Geografia

RAUL CAIXINHAS
Licenciado em Ciências Antropológicas e Etnológicas

A Participação do Público no Processo de Avaliação do Impacte Ambiental ⁽¹⁾

41

A Avaliação do Impacte Ambiental (AIA) é um processo preventivo que tem por objectivo a minimização dos danos que qualquer grande projecto exerce sobre o Ambiente, ou a não realização deste se os impactos forem considerados muito significativos. A AIA é constituída pela avaliação técnica do Estudo do Impacte Ambiental (EIA) e pela Consulta do Público.

A Consulta do Público permite ao ci-

dadão e às suas associações influenciar a decisão sobre projectos de mudança e transformação do Ambiente (natural e social).

Considerando que este processo antecede o licenciamento e que o público deve participar na decisão sobre a concretização de empreendimentos perturbadores dos equilíbrios ambientais, a Consulta do Público é instrumento essencial para se alcançar um desenvolvimento sustentado.

A participação do público em projectos de desenvolvimento ou outras acções susceptíveis de produzir alterações significativas no ambiente é hoje plenamente aceite como factor indispensável no processo de decisão e ainda na correcção dos seus principais efeitos negativos (Vlachos, 1988). O processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) integra a participação do público no conjunto dos seus procedimentos de análise, avaliação e decisão.

Obviamente que tal prática resulta, em boa medida, do sentido político contemporâneo que passou a articular a democracia representativa com formas de democracia participativa, permitindo, assim, um maior envolvimento dos cidadãos nos principais processos de mudança (Prieur, 1984). Contudo, os instrumentos políticos e jurídicos, quer ao nível comunitário, quer ao nível nacional, que tornaram possível este tipo de participação, não deixam de ser também, em parte, resultado da consciência e acção de cidadãos que, a partir da década de 60, passaram a questionar um

1. Introdução

⁽¹⁾ Texto baseado na comunicação dos autores na III Conferência sobre a Qualidade do Ambiente. Universidade de Aveiro, 5/7 de Fevereiro de 1992.

desenvolvimento de consequências futuras cada vez mais graves.

Alinha-se ainda, nesta problemática, uma terceira componente — a organização da participação —, não menos importante do que as duas já enunciadas e sem a qual a concretização eficaz do papel dos cidadãos interessados em cada processo não é possível (Ouimet, 1990). O cidadão é, sem dúvida, a referência principal da participação, na medida em que os segmentos do público constituem conjuntos de pessoas ligadas por interesses, convicções, valores, com uma consciência comum relativa aos vários problemas que as envolvem. Todavia, na actual situação, a intervenção de instituições públicas, autarquias, organismos não governamentais (ONG's), associações de cidadãos, torna-se importante, não só pelas suas próprias contribuições, como pelo número cada vez maior de segmentos do público que poderá envolver (Parentau, 1988). As autarquias têm um papel redobrado no processo de A.I.A., desenvolvendo-se a sua participação na vertente técnica e na vertente organizativa (Caixinhas, 1991).

2. Direito à participação

A concepção do cidadão passivo governado pelos representantes eleitos vai se alterando por forma a dar lugar a uma outra ligada ao cidadão activo que se dispõe a participar no processo de mudança, numa óptica antecipativa, intervindo também na escolha de opções de desenvolvimento (Prieur, 1982). A Constituição Portuguesa garante, de forma geral, a participação directa dos cidadãos. A última revisão constitucional, ao estabelecer os princípios da Administração Aberta, acentuou esta orientação. Numa leitura não minuciosa do texto constitucional podemos referir o artigo 48.º, que consagra a participação na vida pública, o artigo 52.º, que prevê o Direito de petição e acção popular, o artigo 66.º, que garante o direito a um Ambiente e qualidade de vida, e finalmente os artigos 267.º e 268.º, relativos à participação na Administração Pública.

Relativamente ao Ambiente é, no entanto, na sua Lei de Bases (Lei n.º 11/87, de 7 de Abril) que a consagração do direito e dever de participação é expressiva e inequívoca. Na Lei de Bases a participação dos cidadãos é claramente incentivada. Presentemente, com a transposição da Directiva 85/337/CEE, de 27 de Junho (relativa à AIA) para o Direito Nacional, através do Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de Junho, está criado um processo de participação pública,

abrangendo grandes projectos de desenvolvimento e, em breve, com a alteração da Directiva, também de Planos, Programas e Políticas.

Considera-se avançado todo este enquadramento jurídico de base, muito embora falte ainda estabelecer parte dos procedimentos técnicos e administrativos que possibilitem um funcionamento regular e eficaz do processo. A publicação do Decreto Regulamentar 38/90 de 27 de Novembro não clarifica significativamente estes procedimentos.

Tradicionalmente, a Administração Pública assegura as formas mínimas de informar e receber reclamações de cidadãos directamente afectados por projectos ou obras. O recurso ao inquérito público, ao edital ou à discussão pública é, em vários campos, um procedimento instituído que corresponde a uma via de participação. No entanto, a filosofia subjacente a esta prática reduz, inevitavelmente, a participação a pouco mais do que um formalismo. Ao orientar-se para a avaliação dos prejuízos directos causados pela acção de obras, acaba por interessar apenas aos reclamantes afectados, deixando de fora potenciais críticas dos restantes cidadãos. O resultado destas formas de participação, em regra, não influencia a decisão. O conhecimento pormenorizado do objecto de Consulta por parte dos cidadãos em geral é diminuto, de difícil acesso.

Com a democratização do país, a intervenção na decisão dos principais processos de mudança alargou-se às várias forças políticas, aos parceiros sociais reconhecidos e às autarquias. No entanto, tem-se comprovado que, em determinadas áreas sensíveis, os mecanismos de participação terão de ser alargados, para uma melhor adequação dos projectos ao meio e às preocupações sentidas pela população (Chito *et al.*, 1989). Muitos projectos têm encontrado, por parte dos cidadãos, formas de contestação e de oposição que conduziram a situações, umas vezes dramáticas, como os caulinos de Barqueiros, outras vezes de expectativas desaperantes, como Alqueva, outras ainda de justificações contraditórias, como a Via do Infante, no Algarve.

Algumas iniciativas populares com grande expressão, como o movimento de rejeição de centrais nucleares em Portugal, ou da oposição à instalação da lixeira de resíduos nucleares junto à fronteira luso-espanhola, mostram que existe capacidade de os cidadãos intervirem nas principais questões relacionadas com a defesa do Ambiente. Assis-

3. Participação tradicional

timos, diariamente, ao emergir de movimentos sociais que, não encontrando ainda as formas institucionais capazes de canalizar a sua energia, geram processos de permanente conflitualidade.

A organização da participação plena — como a Consulta do público, prevista na AIA — não dispensará os procedimentos tradicionais, que continuam a garantir o direito a contrapartidas às pessoas e entidades afectadas .

44

4. Objectivos da participação

O resultado do envolvimento dos cidadãos na Consulta pública é diverso, não se podendo reduzir apenas ao grau de influência na decisão (Parenteau, 1988). Outros objectivos se pretendem alcançar:

a) Informação, educação

Se as entidades responsáveis garantirem uma participação plena, esta permitirá, ao longo das várias fases da sua realização, um contacto permanente, uma informação bidireccional. A relação interactiva e o confronto da lógica dos vários intervenientes tornarão possível as condições para a aprendizagem comum. A participação passa a ter, assim, um pendor necessariamente pedagógico.

b) Identificação dos problemas, valores, necessidades

Qualquer acção de mudança será tanto mais aceite quanto melhor se compatibilizar e identificar com valores existentes ou emergentes. A inserção de muitos projectos, por melhores estudos técnicos que estes apresentem, depara, muitas vezes, com resistências imprevisíveis. A participação poderá permitir a identificação de problemas, valores, necessidades, elementos essenciais para a superação de dificuldades ligadas a aspectos envolventes dos projectos.

c) Avaliação das alternativas

A escolha das alternativas deverá passar pela participação do público, fazendo-se o balanço de cada uma, tendo em conta os efeitos directos e indirectos, pesando as questões levantadas pelos vários segmentos do público. A avaliação de alternativas é um exercício complexo e moroso e aquele que mais dúvidas levanta. No entanto, considera-se um dos objectivos primordiais do processo de envolvimento dos cidadãos. Os movimentos reactivos que surgem na fase de construção e exploração relacionam-se,

quase sempre, com alternativas meramente economicistas, traduzidas em prejuízos evidentes para vários grupos sociais.

d) Resolução consensual dos conflitos

Os conflitos são fenómenos perfeitamente justificáveis em processos de transformação, em que o choque de interesses e valores são por vezes inconciliáveis. Um dos objectivos da participação é permitir que se conheçam e avaliem os efeitos positivos e negativos que estão em jogo, tentando-se, através do envolvimento dos interessados, a resolução possível dos vários pontos em desacordo. Nem sempre se poderá ultrapassar, por esta via, o confronto e evitar a persistência da conflitualidade gerada, mas poderá sempre haver consensualidade em encontrar-se novas alternativas.

45

e) Associação do público à decisão

O principal objectivo da participação é, sem dúvida, ligar o público à decisão que vier a ser tomada sobre um determinado processo de mudança. Esta finalidade garante a utilidade e papel do envolvimento dos cidadãos. Para alguns centros de decisão política e social, tal fim poderá ser encarado como uma partilha de poder, mas entendida sociologicamente, é perfeitamente justificável e necessária.

Em síntese, poderemos afirmar que a participação tem como objectivo associar o maior número possível de público, através de diversos meios e formas, envolvê-lo nos processos de mudança e possibilitar que o seu resultado influencie a decisão final (Parenteau, 1988)

Temos referido aspectos gerais da participação e da sua importância em todos os processos de mudança e transformações sociais. Em muitos países da Europa e América os resultados têm sido satisfatórios, sobretudo na área do Planeamento e Ambiente (Priscoli, 1989), embora com limitações inerentes ao próprio processo de avaliação e da prioridade dada ao factor económico nos mecanismos da decisão. A legislação portuguesa obriga a Consulta pública antes da aprovação de certos instrumentos de planeamento e ordenamento. Acrescente-se, todavia, que o processo é muito mais institucional do que público, recolhendo-se, por via formal, o parecer de entidades responsáveis nos vários domínios.

A partir da década 70, entidades financiadoras internacionais passaram a exigir, com os projectos de grandes

5. Participação e Ambiente

empreendimentos, os denominados estudos de impacte ambiental (EIA), sem no entanto obrigar a Consulta pública. Com a entrada na CEE, as exigências para a aprovação de grandes projectos aumentaram, obrigando à realização do EIA e à organização de uma Consulta pública. A Directiva Comunitária 85/337/CEE de 27 de Junho, que instituiu esta obrigatoriedade, entrou em vigor em 1988, embora Portugal só em meados de 90 a tenha transposto para o Direito interno. O figurino proposto aproxima-se do enunciado apresentado no ponto 4. na medida em que os objectivos referidos são concordantes com as preocupações expressas na Directiva.

As dificuldades principais, neste momento, prendem-se com a organização prática da participação, pois corre-se o risco de se tornar demasiado limitada e formal, tendo em conta o modo como foi regulamentada. Numa óptica de cumprimento estrito da Lei, dificilmente todos os objectivos da participação poderão ser alcançados. A organização técnica da participação surge, assim, como elemento importante para a eficácia do seu resultado. O alargamento da Consulta a áreas onde não exista obrigatoriedade legal para a sua realização estará dependente do sucesso conseguido nos processos obrigatórios, como o de Avaliação do Impacte Ambiental (AIA).

No caso da Avaliação do Impacte Ambiental, a organização da participação terá de ter em conta os seguintes pontos:

- a) análise prévia do projecto, com:
 - definição do âmbito do respectivo EIA;
 - discussão das directrizes do estudo;
- b) estruturação da participação e programa da Consulta:
 - identificação dos públicos;
 - definição de técnicas de informação e convocação;
 - modos de esclarecimento do público e audiências;
 - formas de Consulta formal e informal;
- c) material e prazos de Consulta:
 - informação pública da intenção do projecto;
 - documentação para a Consulta;
 - informação a disponibilizar em todas as fases;
 - locais e prazos de Consulta;

- d) definição de entidades envolvidas:
 - entidade responsável pela Consulta;
 - entidades intervenientes no processo;
- e) organização dos resultados da Consulta; relatório;
- f) divulgação do processo e dos seus resultados.

A análise e avaliação dos primeiros casos de participação no processo de AIA poderão contribuir para a elaboração de guias técnicos que ajudem a promover as Consultas e audiências futuras.

Segundo o Decreto Regulamentar n.º 38/90 de 27 de Novembro, que regulamenta o Decreto-Lei 186/90, de 6 de Junho, o processo de participação do público terá os seguintes contornos:

Artigo 4.º — Consulta do público

1 — A entidade competente para a instrução do processo de AIA (Avaliação de Impacte Ambiental) promove a consulta do público interessado, a qual, consoante a natureza e extensão dos impactes previsíveis, deve realizar-se por um período de tempo:

- a) Não inferior a 40 nem superior a 60 dias, nos projectos do anexo I do Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de Junho;
- b) Não inferior a 20 nem superior a 30 dias, nos projectos do anexo III do Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de Junho.

2 — Para efeitos de acesso e participação considera-se público interessado:

a) Os cidadãos, as suas organizações representativas, nomeadamente as associações de defesa do ambiente, bem como as autarquias locais da região abrangida relativamente a empreendimentos em cujo processo não tenham já participado, nos projectos do anexo I do Decreto-Lei 186/90, de 6 de Junho;

b) As freguesias onde se localize o empreendimento ou por onde ele passe, bem como as que lhes sejam limítrofes se por ele possam ser afectados, os cidadãos nelas residentes e suas organizações representativas, nomeadamente as associações locais de defesa do ambiente nos projectos do anexo III do Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de Junho.

3 — A consulta do público é desencadeada mediante a divulgação de um resumo não técnico fornecido pelo dono da obra, do qual constam os efeitos mais importantes que o projecto pode gerar no ambiente...

4 — No âmbito do processo de consulta do público serão consideradas e apreciadas as exposições e reclamações que, apresentadas por escrito, especificamente se relacionem com o projecto.

6. As Consultas no âmbito da AIA

5 — Quando pelas circunstâncias do projecto tal se mostre necessário, são promovidas audiências públicas abertas aos interessados, com vista à discussão e debate de aspectos específicos do projecto, previamente divulgados.

6 — Findo o prazo fixado para a consulta do público, é elaborado, nos cinco dias subsequentes, um relatório sucinto especificando as diligências efectuadas, a participação registada e as conclusões a extrair.

As Consultas efectuadas até ao momento, ao abrigo da Legislação da AIA, encontram sérias dificuldades para cumprirem minimamente os objectivos previstos.

Da análise aos processos referidos, poderemos evindenciar as seguintes características das Consultas:

— têm sido organizadas de forma sumária, mediante

- a divulgação através da afixação de editais e publicação de anúncios em jornais;
- o envio de ofícios-circulares a várias entidades, convidando-as a participar na Consulta;
- a disponibilização dos EIA's e dos resumos não técnicos para esclarecimento;
- a integração dos pareceres e reclamações no relatório da Consulta do público;

— por iniciativa das comissões de avaliação e/ou das autarquias locais dos concelhos onde se pretende instalar o projecto, têm sido realizadas audiências públicas, integradas no período da Consulta do público, como o caso da Consulta do projecto das estradas IP7 e IC4;

— diversos segmentos do público, sindicalistas, técnicos, estudantes, professores, têm consultado os EIA e demais documentação;

— os pareceres ou reclamações entregues são em pequeno número e reflectem, na maior parte das vezes, a dimensão do empreendimento e a sua influência local, regional ou nacional;

— a manifestação de interesse e a participação das Associações de defesa do Ambiente (ADA's) têm sido muito inferiores ao que seria desejável (em empreendimentos florestais com base no eucalipto, por exemplo, não houve qualquer participação, mesmo com convite expresso por parte das comissões de avaliação para o fazerem);

— em alguns casos tem-se verificado o efeito multiplicador ao nível da divulgação dos projectos com Consultas

em curso, como aconteceu com o caso do projecto relativo ao fecho da Golada no rio Tejo;

— nos casos de avaliação de projectos na fase preliminar, tem sido possível realizar Consultas públicas em que são colocadas à discussão alternativas de projecto e/ou de localização, como aconteceu com os projectos das estradas IP7 e IC4;

— muitos dos projectos sujeitos a Consulta encontram-se já aprovados e nalguns casos em fase de construção — como os troços finais da Auto Estrada do Norte (AE 1) ou da regularização do Mondego.

49

Em termos gerais e conclusivos, poderá considerar-se que o processo de Consultas ainda não adquiriu a dinâmica pretendida. O público mantém uma certa descrença nos resultados efectivos da sua participação, e o envolvimento das várias organizações de cidadãos continua a ser escasso.

Insistimos no papel muito importante que o Poder Local tem no processo de envolvimento dos cidadãos e no papel decisivo do público na participação no âmbito da Avaliação do Impacte Ambiental (AIA). O esforço que muitas autarquias têm feito no sentido de promover programas de animação e participação locais tem facilitado as Consultas já referidas. Por outro lado, a experiência tem mostrado que as populações recorrem, de imediato, às autarquias quando se sentem ameaçadas ou temerosas de empreendimentos “poluidores” previstos para as suas localidades.

Todas estas razões, e seguramente outras, apontam para a integração das autarquias na organização da participação do público, atribuindo-lhes um papel dinamizador nas fases de identificação, convocação e esclarecimento. Os locais centrais de Consulta, áreas de exposições ou salas para debates, em muitos aglomerados, apenas se encontram nas instalações das autarquias, com a vantagem de serem espaços familiares que facilitam o passo decisivo do cidadão no sentido de se envolver e participar. As autarquias são, simultaneamente, participantes obrigatórios do processo de Consulta e dinamizadores do envolvimento das populações locais. Têm uma componente política, como órgão de defesa dos interesses locais, e uma componente técnica, como estrutura de intervenção, pelo que a sua expressão na participação pesa, quase sempre, na decisão.

No entanto, existe, em alguns casos, ainda a ideia de que a autarquia, como órgão representativo, tem toda a sufi-

ciência e capacidade de interpretar os interesses das populações e, por isso, dispensá-las de uma participação directa. Mas este é um argumento que a legislação da AIA não perfilhou, alargando o direito de acesso e participação aos cidadãos em geral e suas organizações representativas, nomeadamente as associações de defesa do Ambiente.

7. Dificuldades da participação

50

São muitas as dificuldades que se deparam no processo de participação, mas grande parte delas tem mais a ver com dúvidas sobre a utilidade e a relevância dos resultados obtidos, tendo em conta os custos que ocasionam, do que com outros aspectos, como por exemplo os de carácter marcadamente ideológico. Eis algumas das dificuldades:

a) Influência da Consulta na decisão final.

Como já se disse, verifica-se uma desconfiança por parte do público relativamente ao valor da sua participação, na medida em que são ainda isolados e pouco conhecidos os casos em que a decisão teve influência do público.

b) Expressão social das Consultas.

A força que a Consulta poderá ter depende, em grande parte, da quantidade e qualidade do público participante. A Consulta deverá reflectir, não só a opinião dos vários segmentos do público, como o aprofundamento que o projecto em questão merecer por parte deste.

c) Isenção na condução do processo.

A entidade encarregada de realizar a Consulta deverá dar garantias de isenção de modo que as várias etapas desta sejam correctamente efectuadas e o relatório final reflecta com a maior exactidão possível a posição dos interessados.

d) Esclarecimento dos verdadeiros problemas.

Um dado projecto poderá ser encarado e analisado de vários pontos de vista. Com o pouco tempo disponível para uma Consulta, os problemas mais significativos emergentes do EIA e condensados no "resumo não técnico" poderão não ser devidamente realçados e tratados.

e) Decisão política anterior à participação directa.

A tomada prévia de decisão para certos projectos por parte do poder político, por urgência de realização, torna a Consulta um mero pró-forma.

f) Persistência das divergências dos interesses em jogo.

Em muitos projectos os interesses em jogo dificultam a realização da Consulta, na medida em que as principais divergências e os principais actores se polarizam e por vezes criam situações de conflitualidade latente ou manifesta.

g) Papel manipulador dos grupos de pressão.

No processo de Consulta, por vezes a influência de um grupo de pressão poderá dificultar a discussão objectiva dos resultados apresentados no EIA. Nestes casos, para se manter a condução do processo seriam necessários mais meios e mais tempo.

h) Paragem dos processos pelas questões levantadas.

Divergências e opiniões muito polarizadas dos segmentos do público poderão criar impasses no andamento dos processos e obrigar a atrasos na tomada da decisão.

i) Encarecimento da obra em medidas compensatórias.

Os resultados das Consultas não se reflectem apenas na tomada da decisão, mas, em certos projectos, no pedido de medidas compensatórias por parte do público, as quais poderão encarecer a obra.

j) Discussões técnicas nas audiências.

Uma das dificuldades encontradas nas audiências tem a ver com a linguagem apropriada para o debate de questões — essencialmente técnicas — entre os especialistas presentes nas assembleias e o público, que em geral é muito diversificado.

O mais relevante, contudo, é superar as dificuldades que realmente se colocam nas fases de implementação, uma vez que as dúvidas fazem parte do processo crítico de melhoria permanente de qualquer sistema.

a) A nível da Legislação geral deverá completar-se a regulamentação prevista na Lei de Bases do Ambiente, a fim de permitir uma melhor e mais eficaz participação dos cidadãos nos processos de mudança, desenvolvimento e defesa do Ambiente.

b) Relativamente à Avaliação do Impacte Ambiental (AIA), após um primeiro período de ajustamento à nossa realidade, a lei deverá ser revista e melhorada no sentido de

uma maior capacidade de intervenção e participação do público.

c) Quanto à Consulta do público, deverão criar-se e/ou consolidar-se os procedimentos administrativos nos seguintes sentidos:

- ampliação dos meios de divulgação das Consultas à Rádio e TV;
- fase de esclarecimento e Consulta através de meios itinerantes;
- registo audio-visual das audiências públicas;
- tratamento dos textos provenientes da Consulta e elaboração criteriosa do relatório;
- publicação dos relatórios da Consulta do público.

d) Deverá pressionar-se as instâncias Comunitárias de modo a ser incluída na próxima Directiva o alargamento da AIA para Programas, Planos e Políticas.

e) Os movimentos sociais de intervenção que se têm desenvolvido com a democratização do País deverão recorrer às formas de democracia participativa já consagradas e utilizar os direitos e garantias consignados na Lei, integrando-se nos processos de participação organizada.

f) A Administração Pública deverá garantir que em todos os processos sujeitos a AIA se realize participação do público, dando ao cidadão e às suas associações capacidade de influenciar a decisão. Neste sentido, a decisão política deverá ser posterior à Consulta e não prévia, como tem acontecido em muitos casos até ao presente.

g) É necessário que o Poder Local, Organizações Não Governamentais (ONG's), Associações de Defesa do Ambiente (ADA's), Instituições Públicas, invistam no processo de Avaliação do Impacte Ambiental, nomeadamente na participação do público, garantindo um papel destacado, quer na avaliação, quer na organização da Consulta, quer no envolvimento dos cidadãos. ■

Referências Bibliográficas

- Bureau d'audience Publique sur L'environnement, Gouvernement du Quebec 1989 "Pour influencer une decision environnementale". Quebec. Canadá.
- Caixinhas, R. 1991 "Participação do Público, Poder Local e mpacte Ambiental". I Jornadas Poder Local-Ambiente. Ambiforum. Loulé.
- Chito, B. *et al.* 1989 "Participação do Público na Avaliação do Impacte Ambiental". Jornadas sobre a Regulamentação da Avaliação de Impactes Ambientais. Lisboa.
- Chito, B. *et al.* 1992 "Participação do Público na Avaliação de Impacte Ambiental". III Congresso sobre Qualidade do Ambiente. Aveiro.
- Delli Priscoli, J. 1989 "Public Involvement, Conflict Management: Means to EQ and Social Objectives". Journal of Water Resources Planning and Management. Vol. 115.
- Dumas, A. 1983 "Participation et Projects de Développement". Revue Tiers Monde, t. XXIV, n.º 95. Paris.
- Eichhorn, P. 1975 Environmental Protection: Public Measures and Business Reactions. De Tempel. Tempelhof. Bruges.
- Levi, L. *et al.* 1990 Population, Environment and Quality of Life. Suécia.
- Nunes Correia, F. *et al* 1990 "Public perceptions and Public Participation in Water Projects". European Conference on Water Management . Paris, La Villette.
- Ouimet, L. 1990 "The Role of Questions in Public Hearing". International Association for the Impact Assessment. 9th annual Congress & 2nd European Conference. Lausanne.
- Parenteau, R. 1988 "Public Participation in Environmental Decision Making".Federal Environmental Assessment Review Office. Ottawa.
- Prieur, M. 1984 Droit de L'environnement.Dalloz. Paris.
- Robinson, R. M. 1982 Evaluation des Incidences Environnementals: Processus Décisionnel du Gouvernement en Public. Bureau Fédéral d'Examen des Évaluations Environnementales. Ottawa.
- Simos, J. 1990 Evaluer l'impact sur l'environnement. Lausanne. Suíça.
- Vlachos, E. 1988 "Water Resources and Environmental Impact Assessment (Course Notes)". Curso de Avaliação de Impacte Ambiental. DGRN, Lisboa.